








No dia 26 de Setembro de 2024 realizou-se um webinar integrado na série “**Como está Cabo Delgado?**”, com o tema específico “**Que (novo) pacto social?**”, contando com a presença de representantes dos cinco principais partidos políticos. O debate foi moderado pelo jornalista Fernando Lima. Apresenta-se uma tabela resumo das principais ideias apresentadas pelos intervenientes:



	<b>FRELIMO</b> (Gabriel Adolfo) 	<b>RENAMO</b> (Muhamad Yassine) 	<b>MDM</b> (Geraldo Mutuque) 	<b>NOVA DEMOCRACIA</b> (Albino Manguene) 	<b>PODEMOS</b> (Dinis Tivane) 
<b>Quais as causas da origem do conflito em Cabo Delgado?</b>	Terrorismo internacional, sem agenda clara e conhecida	Acesso a recursos; Usurpação de terras; Governo conhece os apoiantes do terrorismo	Fraca presença do Estado, exclusão da população em relação ao benefício dos recursos; fragilidade das FDS; Existência de ligações internacionais	Estado Islâmico e agenda reivindicativa	Estamos perante uma insurgência, com liderança nacional e um caderno reivindicativo
<b>Apostar numa via militar ou numa via política e negocial?</b>	A identificação dos terroristas feita pelo PR não pode ser vista como uma oportunidade para a negociação. É difícil negociar com terroristas porque não se sabe com quem e sobre que matéria se pode negociar.	A via militar pode impedir que a insurgência se expanda no território, mas importa ser complementada com uma via negocial, mas o Governo tem dificuldade de entender as motivações da insurgência.	É preciso melhorar as condições técnicas das FDS e complementar com uma vontade política de negociar	Governo não tem clareza sobre o que está a acontecer em Cabo Delgado	O Estado tem de garantir a segurança das populações, mas a via militar não é sustentável no longo prazo, pelo que importa prever a via negocial

	<b>FRELIMO (Gabriel Adolfo)</b>	<b>RENAMO (Muhamad Yassine)</b>	<b>MDM (Geraldo Mutuque)</b>	<b>NOVA DEMOCRACIA (Albino Manguene)</b>	<b>PODEMOS (Dinis Tivane)</b>
<b>O que fazer em relação ao apoio militar ruandês?</b>	<p>Importa potenciar as FADM para combater o terrorismo. Face às fragilidade das FADM e violência do terrorismo, importa solicitar apoio internacional</p>	<p>A intervenção militar estrangeira em Moçambique deve ser discutida no parlamento. O orçamento para as FDS tem sido elevado mas não melhorou a eficiência militar do país.</p>	<p>Necessidade de formar forças de defesa republicanas. Secretismo da negociação com o Ruanda contém elementos de má-fé</p>	<p>O apoio externo é relevante, mas importa clarificar o acordo estabelecido com o Ruanda. Importa apetrechar as FDS moçambicanas</p>	<p>Importa modernizar as FADM e apostar na respectiva formação</p>
<b>Como fortalecer o Estado de Direito e os espaços de participação?</b>	<p>A existência deste debate é um indicador de liberdade de opinião, mas importa afinar os espaços de participação da população, nomeadamente a possibilidade de se oporem a decisões prejudiciais ao seu desenvolvimento</p>	<p>A esmagadora maioria das Leis vêm do governo do dia e nunca são aceites as propostas de Lei da oposição. Os traficantes de droga são membros de um partido político específico, perante a passividade desse mesmo partido, o que não resolve o problema da economia ilícita em Moçambique.</p>	<p>Necessidade de despartidarizar o Estado e de redução dos poderes do Presidente. Importa melhorar a transparência e a prestação de contas, inclusive das campanhas partidárias. Cartéis organizados entraram no Estado, permitindo o enriquecimento ilícito</p>	<p>O combate ao branqueamento de capitais persegue selectivamente grupos sociais específicos e não o combate ao terrorismo. As leis são boas mas falham na implementação.</p>	<p>A massa monetária que circula fora do sistema formal é muito elevada. Existe secretismo da execução orçamental. Existem poderes excessivos do PR, que tornam o sistema de justiça ineficiente.</p>

	<b>FRELIMO (Gabriel Adolfo)</b>	<b>RENAMO (Muhamad Yassine)</b>	<b>MDM (Geraldo Mutuque)</b>	<b>NOVA DEMOCRACIA (Albino Manguene)</b>	<b>PODEMOS (Dinis Tivane)</b>
<b>Qual a opinião em relação ao respeito de Direitos Humanos por parte das Forças de Defesa e Segurança?</b>	Ao nível da observância dos Direitos Humanos por parte das FDS registaram-se algumas melhorias. É desejável que se registem mais melhorias. Os insurgentes entregam-se aos ruandeses, porque são estes que realizam o assalto às zonas onde aqueles se encontram	Falta de preparação da tropa moçambicana para estar em zonas de conflito, que não percebe a população da província, confundido qualquer popular com um terrorista. Não respeito pelos direitos das mulheres em contextos de conflito. O Ruanda tem noção da sua responsabilidade internacional, respeitando normas internacionais.	Existem melhorias cosméticas ao nível do respeito pelos Direitos Humanos. Importa melhorar o acompanhamento psicológico a quem opera no terreno. Na guerra dos 16 anos, muitas vezes quem provocou sevícias à população foi a tropa governamental.	A violação de Direitos Humanos por parte das FDS não conduz à pacificação do país. Este comportamento brutal é, em parte, explicado pelo baixo salário dos soldados.	A brutalidade das FDS resulta, em parte, da falta de logística, criando medo e desconfiança nas populações. Registou-se o desaparecimento de jornalistas na mão de elementos das FDS
<b>Que políticas económicas de desenvolvimento?</b>	O discurso governamental nunca foi de concentrar o investimento na indústria extractiva. A agricultura continua a ser visto como a base de desenvolvimento do país. As populações continuam a produzir na agricultura. A ADIN fez um trabalho notório, visível na criação de centros de reassentamento em Ancuabe e Metuge e edificando infraestruturas.	A criação do ADIN foi precipitada para responder a uma situação que o governo perdeu o controlo, procurando apenas minimizar a resposta da população. Os problemas da população não encontram resposta apenas na distribuição de bens materiais, pois existem outros problemas, relacionados por exemplo com conflitos de terras. As receitas do gás não retornam à população afectada.	Importa criar uma economia circular que valorize as indústrias culturais e criativas, o turismo e a agricultura. Importa melhorar a produtividade, via penetração de tecnologia, reduzindo a fome. A ADIN apenas minimizou alguns problemas.	Necessidade de definir sectores prioritários de investimento e de diversificação da economia. Outras áreas devem ser impulsionadas a partir das receitas do gás. O ADIN pode ajudar a eliminar as desigualdades sociais.	O investimento directo estrangeiro não previu a construção de infraestruturas e os lucros não são reinvestidos na economia. As matérias-primas deveriam ser transformadas em Moçambique, criando postos de trabalho e fomentando o comércio e pequenos serviços.